
Os avanços da liberdade para empreender no Rio Grande do Sul

Lauren Momback

Presidente da Junta Comercial do Rio Grande do Sul

Marcelo Faria

Presidente do Instituto Liberal de São Paulo.



I. Introdução

A primeira inspiração para o projeto Liberdade para Trabalhar foi a história de João da Queijeira, um produtor de queijos de Edealina (GO). João teve toda a sua produção apreendida pela Vigilância Sanitária, por estar com uma licença inválida, resultando em uma perda de cerca de 40 mil reais em queijo. Incapaz de lidar com a situação, ele acabou tirando a própria vida. Sua história comoveu muitas pessoas e se tornou a notícia mais acessada do site, com mais de um milhão de acessos.

O objetivo do Liberdade para Trabalhar é promover a liberdade econômica e ajudar trabalhadores em situações semelhantes à de João a evitar a opressão regulatória excessiva, que pode levar à destruição de seu sustento.

Além da história de João da Queijeira, a segunda inspiração para o projeto ocorreu durante a pandemia, quando um casal em Porto Alegre decidiu lavar carros na rua, por estarem sem emprego. No entanto, a prefeitura local os multou em R\$ 4 mil, por não possuírem um alvará dos Bombeiros, mesmo que seja improvável que, trabalhando na rua, se consiga obter esse tipo de licença.

O Instituto Liberal de São Paulo publicou a história em seu site, o que resultou em mais de 100 mil acessos em uma semana. A pressão pública acabou levando a prefeitura a revogar a multa. A história do casal de lavadores de carro ilustra a necessidade do projeto “Liberdade para Trabalhar” em promover a liberdade econômica e ajudar trabalhadores a lidar com a burocracia excessiva que muitas vezes os impede de sustentar a si mesmos e suas famílias.

Quando se fala de liberdade econômica, muitas vezes se faz referência a rankings, sendo os dois principais no mundo os da Heritage e da Fraser. No ranking da Heritage, o Brasil não está nem perto das primeiras posições. Elas são ocupadas por países que possuem alta liberdade econômica.

No ranking da Heritage, o Brasil ocupa a posição de número 127, estando abaixo de países como Equador, Togo e Mauritânia. Isso indica que há muito espaço para melhorar a liberdade econômica no país. Vale ressaltar que cerca de 200 países são avaliados nesse ranking, o que torna ainda mais evidente a necessidade de o Brasil avançar em relação à liberdade econômica para que possa ter um ambiente mais favorável para o empreendedorismo e o desenvolvimento econômico.

É importante destacar que a liberdade econômica é uma medida que agrega diferentes levantamentos e variáveis. No caso do ranking da Heritage, são consideradas 12 variáveis diferentes, cada uma delas contendo um agregado de dados. Dentro do projeto “Liberdade para Trabalhar”, o foco está na eficiência regulatória, que é representada pelo indicador Business Freedom. No entanto, é importante ressaltar que existem diversos outros itens que compõem a liberdade econômica, tais como direitos de propriedade, efetividade do Judiciário, impostos, gastos do governo, entre outros.

II. A Lei de Liberdade Econômica

Em 2019, foi aprovada a lei de liberdade econômica no Brasil com o objetivo de aumentar a liberdade para empreender e reduzir a burocracia no país. A lei abrange diversos aspectos, incluindo a sociedade limitada e pessoal e a aprovação tácita para liberação de atividade. No entanto, o ponto mais importante na visão do projeto “Liberdade para Trabalhar” é o conceito de atividades de baixo risco, para as quais não é mais exigido alvará. A lei permite que, com base nos CNAEs registrados na Receita Federal, o município, estado e governo federal possam dispensar o alvará para essas atividades, o que reduz a burocracia e simplifica o processo para os empreendedores. Essa é uma medida importante para promover a liberdade econômica e incentivar o empreendedorismo no país.

Embora a Lei de Liberdade Econômica Federal tenha definido as atividades de baixo risco, e até mesmo uma resolução, especificando as 297 atividades isentas de alvará a nível federal, na prática, é necessário que os estados e municípios também aprovelem a dispensa de alvará e suas listas de atividades de baixo risco para que a lei federal seja realmente efetiva. É por isso que o projeto “Liberdade para Trabalhar” foi criado para avançar a lei nos estados e municípios.

Um dos governos que comprou o projeto foi o do Rio Grande do Sul, através de sua Junta Comercial e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. O objetivo do projeto é promover a liberdade para empreender, não apenas com a implementação de leis de liberdade econômica, mas também com outras iniciativas que incentivem o empreendedorismo no estado. Este case será apresentado nas próximas páginas.

O projeto “Liberdade para Trabalhar” já mapeou

4.320 municípios do Brasil com mais de 5.000 habitantes, tendo como meta alcançar todos os 5.570 municípios até o final deste ano. Até o momento, 805 desses municípios aprovaram uma lei ou decreto de liberdade econômica, que pode ser aprovado tanto pela assembleia ou câmara municipal com o prefeito ou governador sancionando, quanto diretamente pelo executivo via decreto.

O destaque do levantamento é justamente o estado do Rio Grande do Sul, com o maior percentual de cidades que aprovaram leis ou decretos de liberdade econômica, seguido por Santa Catarina, Espírito Santo e Minas Gerais. Recentemente, o estado do Rio Grande do Sul ampliou o número de atividades dispensadas de alvará de 24 para 770, destacando-se na promoção da liberdade para empreender. A dispensa de alvará para atividades de baixo risco, como bombeiro, meio ambiente e vigilância sanitária, simplifica a burocracia e permite que os empreendedores foquem mais tempo em seus negócios.

Em termos absolutos, Minas Gerais apresentou um resultado mais expressivo, com 267 cidades que aprovaram, de um total de 624 mapeadas. Embora ainda haja um número significativo de municípios em que o projeto não foi aprovado, é importante destacar que o estado vem apresentando avanços nessa área.

No entanto, é importante ressaltar que ainda há estados, como o Rio Grande do Sul e outros, que possuem um grande número de cidades com menos de 5 mil habitantes e que não foram completamente mapeadas, o que torna difícil ter uma visão completa da situação desses locais.

De forma irônica, São Paulo é um exemplo ruim, com apenas 43 cidades aprovando o projeto, de um total de 504 mapeadas. Esse índice representa menos de 9% das cidades mapeadas, evidenciando a necessidade de se investir mais na conscientização e aprovação do projeto nesse estado.

Com relação aos resultados, é importante destacar que ele foi lançado há menos de nove meses e já temos 120 municípios aprovando a lei desde então, sendo 53 com influência direta do projeto e de parceiros. É importante frisar que a parceria é fundamental para a realização de um projeto dessa magnitude em nível nacional, como o exemplo da Junta Comercial do Rio Grande do Sul.

Norte e Nordeste ainda apresentam índices de aprovação muito baixos, o que é um grande desafio. Apesar de sua importância, algumas cidades grandes ainda não aprovaram a lei, a exemplo de Belo Horizonte. A proposta foi vetada pelo prefeito anterior, entretanto, atualmente está em discussão com os vereadores para possível aprovação ainda neste ano. Da mesma forma, Goiânia teve o projeto vetado pelo prefeito, após aprovada na Câmara de Vereadores. O assunto está em discussão com o vereador responsável pela lei, buscando a sua viabilização.

Nas regiões Sul - Sudeste, São Paulo se destaca como exemplo negativo, com apenas 43 cidades aprovando o projeto, de um total de 504 mapeadas. Outros dois estados, como a Bahia, não têm nem mesmo a lei estadual aprovada, contando apenas com a vigilância sanitária, o que não é suficiente.

Nos dois papers que fizemos para o Instituto Millenium, analisamos alguns dados relativos às cidades que aprovaram a lei.

No primeiro deles, em outubro de 2022, foi analisada a questão do emprego, utilizando dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregos). O resultado foi que, nas cidades que aprovaram a Lei de Liberdade Econômica, houve, em média, um aumento de 40% das admissões, comparando a cidade com ela mesma, antes e depois da lei. Na média de todas as cidades, o aumento foi de 40% nas admissões.

Em março de 2023, foi lançado um segundo Milenium Paper que buscou analisar a abertura e continuidade de empresas nas cidades mapeadas. Os resultados foram bastante significativos, visto que as cidades que aprovaram a Lei de Liberdade Econômica apresentaram um aumento médio de 89% no número de empresas abertas após a implementação da referida lei. Além disso, também foi observado um crescimento de 65% no número de empresas ativas. Embora seja importante ressaltar que a lei não é o único fator determinante para o crescimento empresarial e geração de emprego, certamente a sua aprovação exerceu um papel crucial nesse sentido.

O projeto (que chegou a receber um prêmio internacional, da Atlas Network) não se limita apenas ao empreendedorismo, mas visa, principalmente, proporcionar a liberdade para trabalhar, fomentando a criação de empregos e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Isso se torna possível ao permitir que pessoas que atuam em atividades de baixo risco, como cabeleireiros, barbeiros, produtores de arroz e costureiras, possam empreender e progredir com menos burocracia. Como afirmava Ronald Reagan, “o melhor programa social é o emprego”, e essa premissa se aplica diretamente à ideia de liberdade para trabalhar.

III. O case do Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, temos um lema: se o poder público não puder ajudar, que ao menos não atrapalhe. É com base nesse princípio que foram desenvolvidas uma série de ações para simplificar a burocracia e fomentar o empreendedorismo na região. Desde agosto de 2020, a Junta Comercial do estado realizou uma série de iniciativas neste sentido, como a isenção do preço público que se cobra para abrir uma empresa. Por quase um ano, o valor foi isento para pequenos empreendedores, resultando em um aumento de mais de 41% de empresas abertas em 2020 e 2021. O Rio Grande do Sul vem mantendo um saldo positivo de aberturas de empresas desde então, com mais de 150 mil novas empresas abertas.

Foram implementadas novas formas gratuitas de assinar documentos na Junta Comercial, como pelo reconhecimento facial e home banking. Além disso, foi desenvolvida uma tecnologia chamada “iFrame” para a Secretaria da Fazenda, permitindo a concentração de serviços em um único portal para facilitar a vida de quem quer empreender. A Junta Comercial também digitalizou todos os serviços até o final de 2021, além da automatização do gerador de documentos e a implementação do pagamento por PIX.

Todas essas ações visaram estimular o empreendedorismo e reduzir a burocracia, de forma a possibilitar a formalização e o crescimento das empresas, principalmente dos pequenos empreendedores, que são responsáveis por mais de 70% da geração de renda e emprego no estado. Assumimos uma visão de que a informação e o serviço devem circular, não o usuário. Por esta razão, as iniciativas foram desenvolvidas para facilitar e agilizar os processos, trazendo maior

eficiência para a Junta Comercial e benefícios para os empreendedores.

A novidade para 2023 é colocar todo o atendimento da Junta Comercial do Rio Grande do Sul no metaverso, sendo o primeiro órgão do Executivo a fazer isso. Por iniciativas como essas, pelo segundo ano consecutivo, o Rio Grande do Sul ganha o prêmio de o estado que oferta mais serviços digitais. São mais de 500 serviços digitais em todo o estado. A seguir, conheça a RedeSim e a evolução dos municípios que foram se integrando a ela.

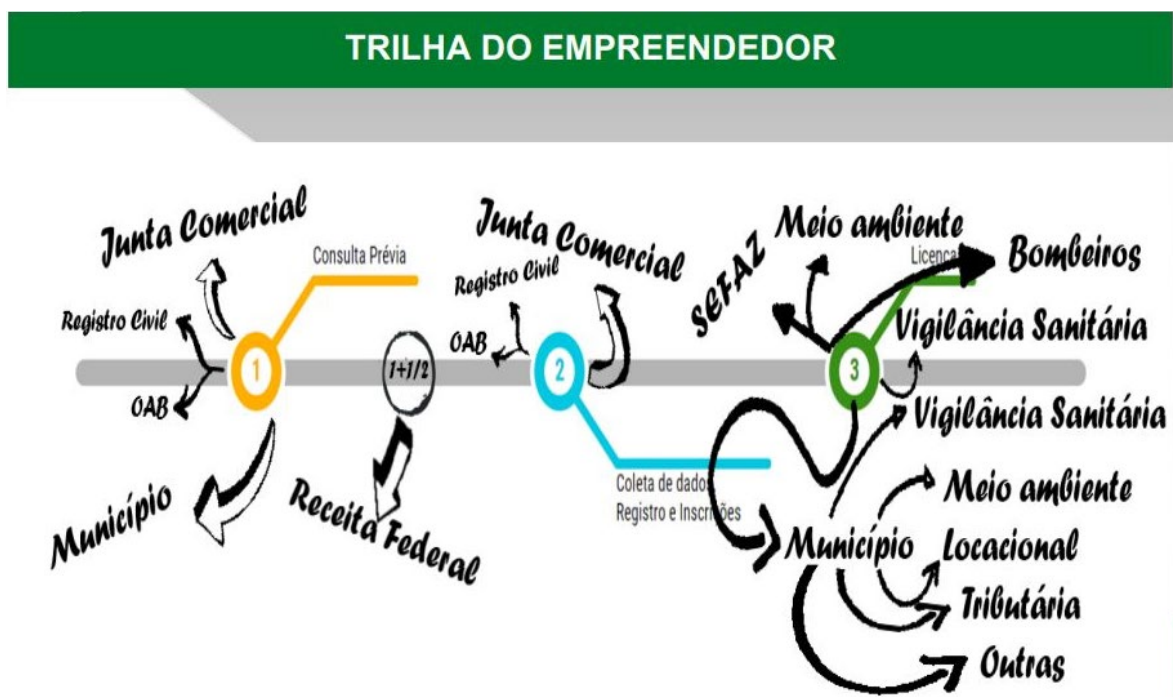
Através da RedeSim, os municípios gaúchos passaram a ter acesso a todas as informações referentes à abertura, alteração e fechamento de empresas, bem como o acompanhamento do andamento dos processos no site da Junta Comercial. Em 2021, foi alcançado o feito de integrar os 497 municípios à RedeSim, totalizando 100% de integração. O processo, que envolveu a parceria com o SEBRAE, exigiu grande esforço e dedicação por parte de seus envolvidos.

Em consonância com a Lei de Liberdade Econômica federal, foi estabelecido, em 2021, um grupo de trabalho da Junta Comercial, Secretaria de Governança, SEBRAE e órgãos de licenciamento, para verificar as 297 atividades de baixo risco no estado. No entanto, foi descoberto que apenas 24 atividades se enquadravam nessa categoria, gerando um grande volume de burocracia. O grupo de trabalho, então, se dedicou a analisar as legislações e códigos dos órgãos de licenciamento para chegar a um total de 770 atividades de baixo risco até o final do ano.

Um grande obstáculo era a Lei Kiss, instituída após a tragédia de Santa Maria, que exigia licenciamento para todas as atividades em relação aos bombeiros, exceto as 24 de baixo risco. Todas as outras 1.300 atividades precisavam passar pelo processo de licenciamento, inclusive as de baixo risco. Após um trabalho árduo de convencimento dos conselhos regionais, foi aprovada a alteração da Lei Kiss em dezembro de 2022, eliminando a necessidade de licenciamento para as 770 atividades de baixo risco. O poder público, embora deva fiscalizar as atividades, deve priorizar a fiscalização pós-abertura, em vez de criar entraves ao processo de abertura de empresas.

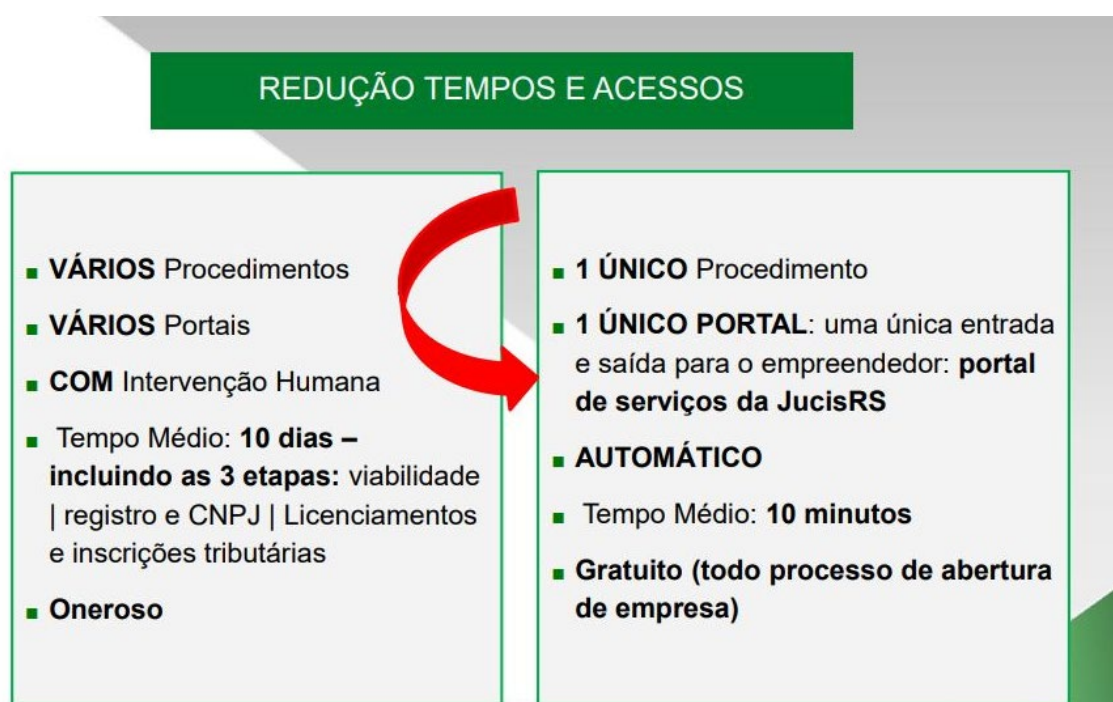
No Rio Grande do Sul, dois fatores principais impedem empreendedores de abrir suas empresas e permanecerem na informalidade: custos elevados e burocracia excessiva. Desta forma, reduzimos custos e diminuimos a burocracia, mas ainda havia muito trabalho a ser feito. Então, juntamente com o grupo da Lei da Liberdade Econômica, foi desenvolvido um projeto para elevar as atividades de baixo risco e criar uma plataforma totalmente automatizada. No caso das atividades de baixo risco todas as etapas poderiam ser automatizadas, e elas representam mais de 75% das aberturas de empresas no estado.

Em 2021, foi desenvolvido um piloto, em parceria com a Prefeitura de Porto Alegre, chamado “Tudo Fácil Empresas”. Essa plataforma integra e automatiza todas as etapas para abrir uma empresa individual ou limitada com atividade de baixo risco, de forma totalmente gratuita, automática e rápida, em apenas 10 minutos. É uma plataforma tão fácil de utilizar que, certa feita, um diretor acabou abrindo uma empresa sem querer, durante uma apresentação do sistema. Essa plataforma foi desenvolvida em 2021 e lançada em dezembro na capital do estado. Na imagem abaixo, é possível ver o quão difícil e tortuoso é abrir uma empresa no Rio Grande do Sul, mas a situação será mudada em breve



Atualmente, ele tem que passar por mais de 10 portais, cada órgão com seu procedimento e suas exigências. É comum que até mesmo contadores e advogados se percam no meio do caminho. Todo esse emaranhado de procedimentos será transformado num único procedimento, num único acesso através do “Tudo Fácil Empresas”.

Desta forma, em 10 minutos, o empreendedor terá sua inscrição tributária no município, o registro na Junta Comercial, a viabilidade de endereço analisada, etc. Isso porque foi automatizada também a viabilidade de endereço do município, assim como a inscrição municipal do município de Porto Alegre. Ele vai ter ainda a dispensa dos órgãos de licenciamento, tanto do Estado quanto do município, incluído o Corpo de Bombeiros. Abaixo, veja um quadro comparativo, de como os procedimentos foram facilitados.



Em resumo, a Junta Comercial do Rio Grande do Sul tem implementado projetos para diminuir a burocracia e os custos para empreendedores, visando aumentar a formalização de empresas. Um desses projetos é a Tudo Fácil Empresas, que automatiza todas as etapas de abertura de empresas individuais ou limitadas de baixo risco. Essa plataforma é totalmente gratuita e leva apenas 10 minutos para o empreendedor abrir sua empresa. Além disso, quem utiliza essa plataforma não precisa pagar pela Junta Comercial ou pelo alvará de funcionamento do município. Embora a Lei da Liberdade Econômica dispense o pagamento do alvará, alguns municípios ainda cobram, mas muitos deles estão alterando suas leis após a implementação do projeto.

Outro projeto importante da Junta Comercial é a “Jornada de Interiorização”, que tem como objetivo levar informação sobre empreendedorismo, estratégia de governo digital, educação empreendedora, agronegócio, compras públicas e outros assuntos importantes para empreendedores em todo o estado. Essa jornada é realizada em várias regiões do estado, com painéis e workshops realizados ao longo de dois dias. A Junta Comercial convida empreendedores, palestrantes e especialistas de outras cidades e até países, como Canadá e Estônia, para compartilhar suas experiências e conhecimentos. Esse projeto tem sido um sucesso e já reuniu mais de 300 municípios em suas edições anteriores.

IV. Perguntas

Priscila Chammas – Marcelo, como você falou, alguns estados tiveram resultados muito bons até agora, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais e outros. E, ao mesmo tempo, outros estados ainda estão com resultados sofríveis, como a Bahia e até São Paulo, o que é surpreendente. A que você atribui isso? Tem algum fator nesses locais que justifique eles estarem muito bem ou muito mal? Você conseguiu identificar quais são os elementos que interferem na aprovação da lei nessas cidades, nesses estados

Marcelo Faria – Sim. 90% do trabalho se resume a duas palavras: vontade política. Então, quando não existe vontade política, não tem espaço do governador, espaço do secretário, a lei não tem como avançar sozinha. Quando tem vontade política, o negócio anda. Em São Paulo, nós tivemos duas leis que foram aprovadas, e os dois governadores, primeiro João Dória, depois o Rodrigo Garcia, vetaram as partes mais importantes. Agora, a gente

já conversou com a Secretaria de Desenvolvimento nova para avançar a Lei e, teoricamente, vai ser regulamentado aqui, pois São Paulo, na prática, não tem dispensa de alvará para atividade de baixo risco em nível estadual. É o contrário do que diz até o ranking federal. Estamos conversando com a Secretaria aqui para avançar essa pauta, porque essa pauta está muito atrasada, tanto no nível estadual, como no nível municipal, porque, se não há esse incentivo do governo estadual, normalmente o município fica um pouco mais relaxado

Priscila – E a que você atribui essa falta de interesse político? A lobbies específicos, grupos de pressão, ou apenas falta de informação e preconceito?

Marcelo – Em uma reunião numa cidade razoavelmente grande de São Paulo, uma das maiores do estado que não aprovou a Lei, o secretário reuniu toda a equipe para uma reunião conosco. Falamos por uma hora, várias pessoas defenderam a Lei... No fim, o secretário falou: “gostei de tudo, mas não vou aprovar a Lei aqui, porque eu não quero”.

A lei federal não tem um mecanismo para dar um incentivo para a cidade avançar, como foi o caso da Reforma da Previdência, que tinha um mecanismo que, se a cidade não aprovasse a reforma municipal, ela não teria acesso a determinado fundo federal, então, isso incentivou as cidades a aprovarem. A Lei de Liberdade Econômica não tem isso. Então, tem que ser realmente feito esse trabalho, um a um como tem sido feito no Rio Grande do Sul.

Já no Norte e Nordeste há uma questão extra. Como foi divulgado recentemente, são regiões em que há mais pessoas vivendo do Estado do que trabalhando com carteira

assinada e empreendendo. Então, existe ainda menos incentivo do político local de facilitar o empreendedorismo.

São as regiões que mais precisam de liberdade econômica, liberdade para trabalhar, mas o político local não tem esse incentivo de avançar o empreendedorismo. Tem exceções, boas exceções. A gente sempre cita Boa Vista, que aprovou depois o projeto. A gente fez o lançamento no Senado, o secretário de Boa Vista estava no lançamento no Senado. Gostou muito do projeto, na semana seguinte a gente fez uma reunião, e na outra, Boa Vista aprovou 297 atividades dispensadas de alvará. E agora em janeiro, aumentaram para 940. Então, tornou-se a capital com mais atividades de baixo risco dispensadas de alvará.

Vontade política: o secretário estava com vontade de avançar, o prefeito estava com vontade de avançar... Inclusive, isso acabou virando uma forma de eles divulgarem o prefeito pelo Estado. A gente viu várias matérias pelo Norte, Roraima, falando da aprovação da Lei. Então, tem muito a ver com vontade política.

E, para terminar, tem uma frase que nos falaram em Sergipe. A gente tem feito e participado em eventos pelo país, e um diretor do SEBRAE falou: “olha, eu gosto muito dessa lei, ela é muito boa, mas aqui não vai pegar.”. Isso porque quando a gente faz esse trabalho de dispensar o alvará para atividade de baixo risco, você está tirando micro poder do político local. Então, imagina o empreendedor lá na cidade de 10 mil habitantes, no interior de Sergipe. Para abrir uma empresa, não é simplesmente entrar no “Tudo Fácil Empresas” e abrir a empresa em 10 minutos. Não, ele vai ter a burocracia, tudo em papel, vai ter que beijar a mão do fiscal, beijar a mão do vereador, falar com o secretário. Daqui a pouco, ele está devendo favor para o prefeito na

próxima eleição. Então, a gente, na prática, está falando de tirar um micropoder local do político, um poder discricionário, de impedir ou atrasar a atividade empreendedora. Então, se dá para resumir tudo isso, é vontade política.

Lauren Momback – Aqui no Rio Grande do Sul a gente tem o Conselho Estadual de Desburocratização. Ele é coordenado pela Secretaria de Planejamento e Governança. E esse conselho, então, é formado pelos órgãos. São sete do governo e sete da sociedade civil. E ali a gente coloca todos esses projetos ali, e a sociedade civil cobra do poder público. E a gente teve um caso de um único município, dos 497, que não queria se integrar à RedeSim. Ele achava que ele estava certo, enquanto os outros 496 estavam errados. E, por ironia, o nome do município se chamava “Segredo”.

E aí, o que aconteceu dentro desse conselho, que tem Ministério Público, tem Tribunal de Justiça, tem Tribunal de Contas da União, tem a Casa Civil, que são os convidados. Eles começaram a pressionar a Prefeitura de Segredo, porque a gente não entendia... O líder do partido, que era o do prefeito, ligou também para o prefeito. E aí o Ministério Público começou a atuar, o Tribunal de Justiça também. Por fim, o Prefeito teve que aderir à RedeSim. Então, o Conselho Estadual ajuda muito. A gente resolve muita coisa dentro do Conselho, até problemas de pista do aeroporto, tudo dentro do Conselho. Então, é extremamente importante os estados terem esse conselho.

Priscila – Como Marcelo pontuou, a Lei de Liberdade Econômica mexe muito com a questão do micro poder. Ela tira poder de político, principalmente em cidades pequenas, que imagino estarem no escopo das cidades que aprovaram a lei no Rio Grande do Sul. E, pelo que entendi, essa

aprovação municipal vem muito desses eventos que vocês fazem localmente, para convencimento, para mostrar os benefícios. Político de lugar nenhum gosta de perder poder, via de regra; cidade pequena é cidade pequena em qualquer lugar, ainda que no Nordeste tenha um agravante socioeconômico. Mas quais são os argumentos que você sente que fazem mais efeito quando se tenta convencer prefeitos a aprovarem a Lei de Liberdade Econômica. O que tem dado certo em cidades pequenas do Rio Grande do Sul?

Lauren – Eu sempre faço uma reunião com o prefeito e com os secretários primeiro. Não entro tanto na parte técnica nesta reunião. Vou mais na linha dos benefícios para o cidadão, vou mais na linha de “prefeito, hoje o empreendedor pode abrir a empresa em qualquer lugar do mundo. Se tu não tiveres essa facilidade, ele vai abrir no seu vizinho”. Uso a parte mais psicológica, embora seja advogada. Tento entrar na mente deles para dizer: “olha, a sua arrecadação vai diminuir porque vai abrir empresa no vizinho. O seu vizinho já está com projeto”. Daí eu explico todos os benefícios, mostro que é bem rápido para fazer o projeto, que a gente está ali para apoiá-los, ajudá-los, e também sempre digo: “prefeito, é gratuito, tu não vais gastar um real do teu bolso”. Então, eu vou mais por este lado. E vou te dizer que é a aceitação é boa.

Robson Carvalho - Quais são as principais medidas que o governo brasileiro, no caso do governo federal, pode adotar para promover a implementação efetiva da Lei de Liberdade Econômica em todo o país? Como o governo federal pode ajudar?

Marcelo - Falando do governo federal, o anterior aprovou a Lei e deixou a questão do registro de empresas a cargo do DREI (Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração) e do CGSIM,

mas não fez esse trabalho de falar com estados, municípios. A gente está fazendo o trabalho que o governo federal poderia ter feito.

Lauren – Também vejo que o âmbito federal dificilmente chega nos estados. E, da mesma forma, os estados não chegam nos municípios. É difícil para o governo federal adotar medidas que cheguem nos 5 mil e poucos municípios, pois ele está muito distante, muito distante da realidade do município. Então, normalmente, é o estado que acaba chegando nos municípios, e o federal nos estados. Eu acho que, para melhorar, o governo poderia aumentar o número de atividades de baixo risco e também passar informação. Talvez, fazer mais publicidade, alguma coisa para que os estados possam ter essa informação também. Não adianta aumentar as atividades de baixo risco se o estado não quer ter Lei da Liberdade Econômica.

Cláudio Shikida - Tem como medir o impacto das leis de liberdade econômica no curto e no longo prazo sobre o grau de empreendedorismo?

Marcelo – O trabalho que a gente fez foi, mais ou menos, tentar medir isso. Claro que é muito difícil, pois cada cidade aprovou em um período diferente. Segundo, a quantidade de atividades dispensadas pode variar de uma cidade para outra. O que a gente fez foi comparar cidade com ela mesma. A gente pegou um período antes da lei, um período depois da lei, e comparou qual foi a média de atividades de empresas abertas nessas cidades. Tínhamos problemas com dados porque o governo federal começou a abrir esses dados recentemente. Agora tem um portal para isso. E, mesmo assim, quando a gente fez o estudo, não tinha o dado de fechamento de empresas. Depois que a gente captou os dados que colocaram. Então, é bem recente a disponibilidade dos dados no site.